



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EDUVALE

ISSN 26755734

20 a 24 de outubro de 2025 – Avaré/SP

CONTRADIÇÕES E LIMITES DA ESCOLA NA SOCIEDADE CAPITALISTA ATUAL

Aharon Lewy Mephitiz M. Ferreira – Uneduvale – aharon.ferreira@ead.eduvaleavare.com.br

Marília Alves dos Santos – Uneduvale – marilia.santos@ead.eduvaleavare.com.br

ÁREA: Ciências Humanas.

RESUMO

Em 2017 foi estabelecido no Brasil o chamado “Novo Ensino Médio”, que buscava garantir igualdade na aprendizagem para todos os estudantes do país, com mais projetos extracurriculares, maior carga horária e desenvolvimento de projeto de vida e profissional. Contudo, os resultados atingidos não foram o esperado. Temos por objetivo neste trabalho refletir sobre contradições e limites da escola na sociedade capitalista atual à luz da Teoria da Escola Dualista e da Psicologia da Educação. Foi desenvolvida uma revisão narrativa de literatura com parte das fontes encontradas no Google Acadêmico, dados oficiais estatísticos e textos considerados clássicos nas áreas de educação e psicologia. Os resultados apontam que o modelo de educação atual não é a única forma de ensino já praticada por nós durante a história, vide exemplos da Grécia Antiga. Hoje, no modelo predominantemente capitalista de sociedade, entendemos a escola como possuindo uma base comum que aumenta gradativamente em complexidade, consolidando dois modelos de ensino antagônicos: um destinado às elites e classes burguesas e destinado aos trabalhadores. Para superar essa visão parcial da realidade é necessário compreender o máximo dos quase infinitos aspectos que determinam nossa educação, que desde cedo foi excludente, para então nos aproximarmos de um modelo que inclui a todos de forma equitativa. Torna-se clara a necessidade de novos estudos e pesquisas quanto ao nosso sistema educacional, assim como sobre as origens de suas lacunas e a busca de um modelo para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Educação; Ensino; Capitalismo.

INTRODUÇÃO

Em 2017 foi estabelecido no Brasil um novo modelo de ensino, o chamado “Novo Ensino Médio”. Tal modelo, promovido pelo governo do então Presidente Michel Temer através da Lei nº 13.415/17 (Brasil, 2017), visava a uma reforma no modelo de ensino prometendo igualdade na aprendizagem para todos os estudantes do país, tornando a escola mais atrativa para os alunos, com mais projetos extracurriculares, maior carga horária, desenvolvimento de projeto de vida e profissional, dentre outros (Cássio; Goulart, 2022).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos ao Censo de 2022¹, tínhamos no Brasil o seguinte panorama estatístico escolar: a população com 25 anos ou mais com Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto era de 14%; a população com Ensino Médio completo e Superior incompleto de 32,3% e a população com Ensino Superior completo de 18,4%. Contudo, se tais dados parecem otimistas, devemos considerar também a crescente no número de desistências nos cursos de Ensino Superior, chegando a 58% em 2022, conforme apontado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)².

Diante de tais dados, somos mobilizados a importantes reflexões: o que explica as taxas de desistência nos cursos de Ensino Superior e na Educação Básica? Quem são os alunos que estão desistindo? Quais são as principais fontes dos grandes problemas encontrados na educação brasileira, sejam em grande escala (como as consequências do Novo Ensino Médio), seja em métodos de ensino diferentes praticados por professores?

Em texto antigo, porém clássico e essencial à educação nos dias de hoje, Cunha (1980) nos apresenta algumas pistas para compreender a escola na sociedade capitalista a partir de pensadores como Christian Baudelot e Roger Establet e a Teoria da Escola Dualista. Assim, nesse trabalho, temos por objetivo refletir sobre as contradições e os limites da escola na sociedade capitalista atual à luz da Teoria da Escola Dualista e da Psicologia da Educação.

MATERIAL E MÉTODOS

Desenvolvemos aqui uma revisão narrativa de literatura, conforme explicado por Camargo Jr., *et al.* (2023). Parte dos materiais obtidos foram encontrados no portal de pesquisa Google Acadêmico, utilizando descritores como: “educação”, “antiguidade”, “Grécia”, “Atenas”, “Esparta”, “psicologia” e “história”. Foram também incluídos dados oficiais dos sites do IBGE e INEP e textos considerados clássicos nas áreas de educação, sociologia e psicologia, como os de Marrou e Casanova (1973), Cunha (1980), Moysés e Collares (1996, 1997).

¹ Informações retiradas da Agência IBGE Notícias, portal oficial de notícias do IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42742-censo-2022-proporcao-da-populacao-com-nivel-superior-completo-aumenta-de-6-8-em-2000-para-18-4-em-2022>. Acesso em: 25 de agosto de 2025.

² Informações retiradas do portal oficial do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 25 de agosto de 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O modelo de educação atual não é, de fato, a única forma de ensino já praticada por nós durante a história. O que hoje identificamos como “conhecimento” ou como “educação” sequer é o mesmo que alguns povos antigos tinham. Marrou e Casanova (1973) nos demonstram que a evolução da educação antiga indica a transformação da cultura de nobres guerreiros à uma cultura de escribas. Além disso, temos na Arábia o exemplo de uma sociedade que valorizava o conhecimento militar acima de outros até o século VII, em que era dominada por uma aristocracia de guerreiros e o conhecimento e a educação se reduziam a características valorosas para a luta, como a força, a velocidade, o vigor e, a partir disto, eram construídos seus valores e crenças (Marrou; Casanova, 1973).

Ainda segundo Marrou e Casanova (1973), a antiga sociedade grega também é, a princípio, um exemplo de onde se valorizava o conhecimento militar como mais prestigioso. Este conceito foi lentamente se mudando com início na Era Homérica, em que Homero, a partir de seus poemas e contos de heróis, começou a semear as sementes que se tornariam o que entendemos e valorizamos hoje por conhecimento e inteligência.

Como apontado por Ferreira e Leão (2011), diferente do que normalmente acreditado, Esparta não era uma sociedade barbárica e de extrema violência, tinham, sim, costumes que hoje seriam inadmissíveis para nossa sociedade. Contudo, julgá-los por determinados comportamentos vistos como paradigmas na época seria anacronismo. O ponto, porém, é que, apesar de Esparta valorizar sobretudo o conhecimento e as habilidades físicas citadas em detrimento do intelecto, os espartanos também viam valor em conhecimentos intelectuais como a música que se manifestava nas danças, cantos e poesia e que se ligavam a aspectos físicos mais valorizados, como a ginástica.

Em Atenas, por sua vez, nos aproximamos mais do que hoje reconhecemos por “conhecimento intelectual”. Como apontado por Araújo (2018), os atenienses viam grande valor no poder da fala e argumentação, como demonstrado pelos sofistas. O conhecimento militar não havia sido abandonado, via-se, porém, uma clara mudança do foco deste para o intelecto, servindo de exemplo para toda a Grécia Clássica (Marrou; Casanova, 1973). Esta mudança causaria o surgimento das primeiras escolas da história e a diminuição do modelo “mestre-pupilo” de ensino. O nascimento das primeiras escolas em Atenas vem da necessidade aclamada pelo povo, porém não sem embates.

Há muito tempo é discutido as vantagens e desvantagens de tal modelo de ensino escolar. Ademais, no berço desta nova forma de educação, surge um problema que se tornará recorrente em nossa história: a crença de que o conhecimento deve ser para poucos, para “os que merecem”. Aristóteles já criticava este ensino por ser direcionado majoritariamente aos com poder, acreditava que a educação deveria estar diretamente ligada ao aspecto público, este sendo a pólis em toda sua complexidade, só assim seriam formados homens livres (Araújo, 2018).

Este cenário, infelizmente, é mais atual do que gostaríamos. Podemos ainda identificar em dias atuais tristes falas oligarcas quanto à educação não dever ser para todos, mas para uma classe restrita. A exemplo, temos o infeliz episódio em 2021 quando o então Ministro da Educação Milton Ribeiro, em entrevista para a TV Brasil, afirmou que a universidade “deveria ser para poucos”³.

Tal tipo de pensamento não é, como evidenciado, algo novo. Podemos observar em relação às primeiras escolas atenienses, como apontado por Marrou e Casanova (1973), que o ensino só era válido quando se direcionava a um nobre. O sábio era aquele que sabia muitas coisas por natureza, diferente daqueles que só sabiam por ter aprendido, aludindo a aristocratas e pobres. Entendemos hoje a educação escolar como algo totalmente intelectual, como observado, porém, não era essa a visão na época discutida. O ensino grego buscava um equilíbrio entre o espiritual e o físico, entendendo ambos os aspectos como importantes para a formação do homem belo e bom (Ferreira; Leão, 2011; Marrou; Casanova, 1973).

Hoje, no modelo predominantemente capitalista de sociedade, entendemos a escola como possuindo uma base comum (a chamada Educação Básica) que aumenta gradativamente em complexidade (com o Ensino Superior). Tal modelo vende-se como sendo unificador da sociedade dividida em classes sociais, isto é, coloca-se como uma educação igual para todos, independentemente de sua origem, condição social, raça, dentre tantas outras particularidades. Todavia, a realidade nos mostra que se consolidou no capitalismo dois modelos de ensino antagônicos: um que visa a verdadeira busca do conhecimento – destinado às elites e classes burguesas – e outro que visa a uma formação pobre e precária suficiente para a realização de trabalhos predominantemente corporais e repetitivos –

³ Informação retirada do portal de notícias G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em: 25 de agosto de 2025.

destinado, portanto, aos trabalhadores que servirão às elites e classes burguesas (Cunha, 1980). A tal tese, Cunha (1980) nomeou Teoria da Escola Dualista.

É importante notar que tal contradição no sistema educacional brasileiro não é uma “falha”, não se trata meramente de algo que requer mais investimentos para que seja corrigido. Trata-se de um projeto, um modelo proposital de ensino para a manutenção do capitalismo e da contradição entre classe burguesa e proletariado (Cunha, 1980). Este pensamento está tão intrinsecamente entranhado em nossa sociedade que podemos observá-lo de forma exímia em estudo dirigido por Moysés e Collares (1996).

As citadas autoras entrevistaram 40 professoras de primeira série buscando levantar a opinião das docentes quanto aos motivos de reprovação de seus alunos. Foram apontadas pelas profissionais que 559 alunos de seus alunos repetiriam de ano (de um total de 1289), dos quais em 541 casos o “problema” para a não aprendizagem se encontrava nos próprios alunos e, em 18 casos, em suas famílias. Quanto a aspectos educacionais e/ou pedagógicos, não foi apontado nenhum caso (Moysés; Collares, 1996). As professoras entrevistadas à época lecionavam em escolas públicas da periferia de uma cidade de grande porte do interior do estado de São Paulo. Esse exemplo nos indica como as classes baixas são desqualificadas e desacreditadas de seu potencial de aprendizagem, sendo conduzidas pelo próprio sistema educacional à margem da educação de ponta em nosso país.

Se hoje a Psicologia atua de modo a defender uma educação escolar democrática, inclusiva e de qualidade (Conselho Federal de Psicologia, 2019), houve um tempo em que a ciência psicológica contribuiu para a segregação social por meio da educação. Psicólogos construíram instrumentos para justificar a não aprendizagem das crianças e culpabilizá-las, como observado no caso dos “testes de QI”. Com o avanço científico e crítico acerca da Psicologia, hoje sabemos que tais testes não demonstram de forma alguma a verdadeira inteligência do indivíduo, apenas uma expressão muito parcial e limitada desta (Moysés; Collares, 1997). Com isso, são identificadas diferentes razões para as dificuldades das crianças, mas nenhuma delas se direciona ao sistema de ensino dualista que segrega os estudantes por classes sociais (Moysés; Collares, 1996, 1997).

CONCLUSÃO

Cunha (1980) e Moysés e Collares (1996, 1997) nos ajudam a compreender como se arquiteta em nossa sociedade um sistema educacional que tem por objetivo o fracasso dos

estudantes das classes baixas, fazendo-os acreditarem que a responsabilidade por seu fracasso é totalmente individual. No seio do capitalismo, vemos a educação escolar ser transformada em mercadoria, ser transformada em instrumento que busca por lucro, ainda que este lucro parta do sofrimento de nossas crianças (Cunha, 1980).

A escola dualista criticada por Cunha (1980) há mais de 40 anos persiste em nossa sociedade, hoje com nova roupagem. Como apontam Cássio e Goulart (2022), o Novo Ensino Médio é uma das tentativas de atualização e perpetuação do dualismo na educação brasileira, visto que sua concepção não corresponde à prática de sua implementação e acentua as desigualdades entre os estudantes das escolas públicas e privadas do Brasil.

Para superar essa visão parcial da realidade é necessário compreender o máximo dos quase infinitos aspectos que determinam nossa educação, que desde cedo foi excludente, para então nos aproximarmos de um modelo que inclui a todos de forma equitativa. Um modelo perfeito de educação nunca existirá, pois nossa educação, assim como nós mesmos e nossa sociedade, está sujeita ao momento histórico presente. Assim, torna-se clara a necessidade de novos estudos e pesquisas quanto ao nosso sistema educacional, assim como sobre as origens de suas lacunas e a busca de um modelo para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Vânia Carvalho. Pensar a cidade, as crianças e sua educação. **Educação**, Santa Maria, v. 43, n. 2, p. 207-222, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/29034>. Acesso em: 27 de agosto de 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília: DOU, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 25 de agosto de 2025.

CAMARGO JÚNIOR, Raimundo Nonato Colares Camargo; et al. Revisão integrativa, sistemática e narrativa - aspectos importantes na elaboração de uma revisão de literatura. **Revista ACB**, v. 28, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8970882>. Acesso em: 28 de abril de 2025.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. A Implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 285-293, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>. Acesso em: 25 de agosto de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. Brasília: CFP, 2019. Disponível em:



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EDUVALE

ISSN 26755734

20 a 24 de outubro de 2025 – Avaré/SP

<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-na-educacao-basica/>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

CUNHA, Luiz Antônio. **Uma leitura da teoria da escola capitalista**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FERREIRA, José Ribeiro; LEÃO, Maria Delfim Ferreira. **Cidadania e paideia na Grécia antiga**. 2. ed. Coimbra: Simões & Linhares, 2010. p. 20-28.

MARROU, Henri Irénée; CASANOVA, Mário Leônidas. **História da educação na antiguidade**. 4. ed. São Paulo: Epu, 1973. p. 7-77.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Inteligência abstraída, crianças silenciadas: as avaliações de inteligência. **Psicologia USP**, v. 8, n. 1, p. 1-11, 1997. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusp/a/9d6dVqGJPJZhfk8J99TMyLQ/?lang=pt>. Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. O buraco negro entre o conhecimento científico e o mundo real: um objeto essencial de pesquisa. In: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EDUFSCar, 1996. p. 107-114.